

**Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA**

PEDRO AMERICO CARRARO NETO

**AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE
FRANCA: período de 2010 a 2014**

**FRANCA
2017**

PEDRO AMERICO CARRARO NETO

**AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE
FRANCA: período de 2010 a 2014**

Monografia apresentada ao *Centro
Universitário Municipal de Franca* Uni-
FACEF para obtenção do título de bacharel
em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Me. Márcio Benevides
Lessa

**FRANCA
2017**

PEDRO AMERICO CARRARO NETO

**AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE
FRANCA: período de 2010 a 2014**

Monografia apresentada ao *Centro
Universitário Municipal de Franca* Uni-
FACEF para obtenção do título de bacharel
em Ciências Econômicas

Franca, 13 de novembro de 2017

Orientador: _____

Nome: Prof. Me. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

Examinador(a): _____

Nome: Prof.^a Dra. Ana Tereza Jacinto Teixeira

Instituição: Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

Examinador(a): _____

Nome: Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra.

Instituição: Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos, professores e familiares pelo apoio, compreensão, dedicação e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Verba volant, scripta manent.

Não sou Michel Temer. E não é somente a diferença de idade que nos desassemelha. Muitas coisas nos diferenciam: eu sou um estudante de graduação, ele é um doutor em Constitucional. Tenho pretensões políticas, ele é presidente da República. Amo política, ele é politiqueiro. Tenho caráter, ética e sou honesto, ele... Apesar das inúmeras diferenças, ambos concordamos com a frase latina. As palavras voam, mas os escritos permanecem, e é por isso quero deixar esse amontoado de palavras registrados aqui.

Sou completamente preso à minha história, e com muito orgulho. A história se fez e se faz presente todos os dias em minha vida.

Aprendi com o mestre Saramago que, “das habilidades que o mundo sabe, essa ainda é a que faz melhor: dar voltas”. Quem diria que um dia eu seria Economista? Eu jamais poderia prever isso.

Por ser um enxerido, gostar de argumentar e, assim como Ariano Suassuna, dividir o mundo entre os que gostam de mim e os equivocados, sempre me aconselharam a cursar Direito. E nessa onda, prestei vestibulares dos mais diversos. E tive êxito. Quando comecei o curso na Faculdade de Direito de Franca (FDF), vi que não era aquilo que queria.

Apesar de ser um amante das Ciências Jurídicas, eu vejo o mundo com certa lógica. A Economia faz mais meu estilo. E em 2014 eu me encontrei no Uni-FACEF. Aos 20 anos. Já velho para a velocidade da minha geração. Mas, como diria o novelista Thomas Hardy, “A felicidade não depende do que nos falta, mas do bom uso que fazemos do que temos”. E nesse momento eu tive a professora Eloísa Ivan. Obrigado, pelas dicas e conversas de corredores, Elô. Numa dessas prosas eu decidi ficar. Foi minha melhor decisão.

Concordo com Barack Obama, quando ele diz que “Na política e na vida, ignorância não é uma virtude”. Aprendi na prática o que já imaginava: educação é investimento. Escutei do senador José Serra, no dia 11 de junho de 2015, que “Política é a arte de ampliar os limites conhecidos do possível”. Aquilo me tocou. Desde então coloquei na cabeça que trabalharia com política. A política está em tudo, e a Economia surgiu dela.

Meu hino é de Ariano Suassuna, pois como futuro economista, “Não sou nem otimista, nem pessimista. Os otimistas são ingênuos e os pessimistas são amargos. Sou um realista esperançoso.”

Não acho bonito ficar dizendo atributos meus, mas gratidão e reciprocidade são qualidades que julgo ter e são, para mim, as mais nobres do ser humano.

Fernando Pessoa disse certa vez que, “O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”.

Agradeço e dedico este trabalho as pessoas inesquecíveis e incomparáveis que fazem ou fizeram parte da minha vida. Destino esta monografia aos meus pais, Romeu e Dulce; ao meu irmão, Marcel; aos meus avós, Pedro e Idelma, Luiz e Ephigênia; aos meus avós de coração, Romeu e Silma, Aparecida, Derani, Maria Nadir, Ondina (*in memoriam*) e Terezinha; aos meus padrinhos Giovanir e Renata; aos meus primos, Dayane, Fábio, Diego e Fabíola; a minha tia Regina; aos meus amigos Norton, Caroline, Roger, Geovani, Carlos Eduardo, Sâmia, Natália, Rayana e Clara; aos meus amigos de trabalho, Ana Claudia, Keila, Leonardo, Tales, Guilherme, Jaíne, Joana Darc, Lauana, Lúcia e Wallacy; aos amigos do truco, Caio, Guilherme, Igor Diago, Igor Trítula e Marcelo, e aos meus amigos de apartamento, Gustavo e Thiago.

Tenho uma boa memória, o que também é uma qualidade. Poderia enumerar e nomear cada professor que tive durante a graduação. E por que não o fazer?

Vamos lá, em ordem alfabética: Almir, Carlos Bruno, Doroti, Edna, Eloísa, Elvisney, Fernandina, Fernando, Gera, Guedine, Hércio, Heleno, Hélio, Mendes, Pedro, Têssia e Thalisa.

José Alfredo e Márcio foram mais do que professores, foram verdadeiros amigos. Quantos conselhos, quantas conversas...

Ana Tereza... Ana Tê é a minha mãe francana. Além de grato, tenho um carinho enorme por ela.

Quero agradecer também aos professores do Uni-FACEF que, apesar de não terem me dado aulas, fizeram parte da minha graduação. São eles: professora Alba, professor Alfredo, professora Melissa, professor Orivaldo, professora Sheila, professora Sílvia e professora Tatiana.

Não poderia esquecer meus amigos e também professores, Felipe Salto, Gabriel Azevedo, Humberto Laudares e Leandro Consentino. Vocês fizeram com que minha minha passagem pelo Uni-FACEF fosse marcante.

Como eu sou grato a vocês.... Fizeram minha caminhada até aqui muito mais fácil.

Agradeço em especial aqueles que me aturaram por quatro anos, e que foram, de certa maneira, minha família em Franca, muito obrigado, Adnan, Ana Cristina, Danielle e Percinei.

Diante de um mundo descartável e de seres previsíveis, eu sou feliz demais por poder contar com todo esse aprendizado e com a amizade de todas essas pessoas. Sou realmente um privilegiado.

Para finalizar, eternizo Neruda, porque realmente a vida é um empréstimo de ossos, e eu, tal qual Belchior, “sou apenas um rapaz, latino americano sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior”, por isso, sigo adiante, na luta, com fé na esperança equilibrista, que “sabe que o show de todo artista tem que continuar.”.

*“A defesa da liberdade individual repousa,
em última análise, no reconhecimento das
limitações do nosso conhecimento.”*

Friedrich August von Hayek

RESUMO

Em meio a conceitos que tangenciam a didática econômica ao longo dos tempos, sobre o real significado de crescimento e desenvolvimento, este trabalho tem como objetivo analisar a região administrativa de Franca entre os anos de 2010 e 2014, dando vistas aos aspectos sociais e econômicos e, dessa maneira, fazendo uma ligação entre o referencial teórico e a análise dos dados coletados. Além disso, será abordado o conceito de Região Administrativas e suas implicações no que tange a efetivação de políticas públicas. Para a análise, foram coletados dados secundários da Fundação SEADE, tendo por base o recorte temporal dessa pesquisa. Os dados dizem respeito as condições sociais (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) e condições Econômicas, todos, selecionados a partir do que foi referendado ao longo do corpo teórico. Dessa maneira, esse trabalho visa a análise da evolução da unidade geográfica pesquisa dando margem a futuros trabalhos que queiram aprofundar o tema.

Palavras-chave: Região Administrativa; Franca; Crescimento Econômico; Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the administrative region of Franca between the years 2010 and 2014, with a view to the social and economic aspects and, thus making a connection between the theoretical reference and the analysis of the data collected. In addition, the concept of the Administrative Region and its implications for the implementation of public policies will be addressed. For the analysis, secondary data were collected from the SEADE Foundation, based on the temporal cut of this research. The data refer to the social conditions (Paulista Index of Social Vulnerability) and Economic conditions, all selected from what was countersigned throughout the theoretical body. In this way, this work aims at the analysis of the evolution of the geographic research unit giving margin to future works that want to deepen the theme.

Keywords: Administrative Region; Franca; Economic growth; Economic development.

RESUMEN

En medio de conceptos que tangencian la didáctica económica a lo largo de los tiempos, sobre el real significado de crecimiento y desarrollo, este trabajo tiene como objetivo analizar la región administrativa de Franca entre los años 2010 y 2014, dando vistas a los aspectos sociales y económicos y, de esa manera, haciendo un enlace entre el referencial teórico y el análisis de los datos recolectados. Además, se abordará el concepto de Región Administrativa y sus implicaciones en lo que se refiere a la efectividad de políticas públicas. Para el análisis, fueron recolectados datos secundarios de la Fundación SEADE, teniendo como base el recorte temporal de esa investigación. Los datos se refieren a las condiciones sociales (Índice Paulista de Vulnerabilidad Social) y condiciones Económicas, todos, seleccionados a partir de lo que fue refrendado a lo largo del cuerpo teórico. De esta manera, ese trabajo busca el análisis de la evolución de la unidad geográfica investigación dando margen a futuros trabajos que quieran profundizar el tema.

Palabras clave: Región Administrativa; Franca; Crecimiento económico; Desarrollo económico.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Divisão das Regiões Administrativas de São Paulo	26
Figura 2 – Limites Municipais de Franca 1804-1902.....	30
Figura 3 – As três colinas de Franca.....	31
Figura 4 – Praça Nossa Senhora da Conceição em 1900	33
Figura 5 – A Estação da Mogiana em 1925	33
Figura 6 – Bairros da Cidade no Final do Século XIX	34
Figura 7 – Companhia de Energia Elétrica.....	37
Figura 8 – Teatro Santa Clara.....	38
Figura 9 – Hotel Francano.....	39
Figura 10 – Praça Nossa Senhora da Conceição 1925	40
Figura 11 – Praça Barão da Franca 1965	40
Figura 12 – Praça Nossa Senhora da Conceição 1980	41
Figura 13 – Mapa – Região Administrativa de Franca (SP)	42
Figura 14 - Gráfico da Evolução do PIB da RA de Franca (em reais correntes)	43
Figura 15 - Gráfico da Evolução do PIB per Capita – (RA de Franca) – Em reais correntes	44
Figura 16 - Gráfico da Participação no PIB do Estado de SP (em percentual)	45
Figura 17 - Gráfico do Valor Adicionado (RA de Franca)	45
Figura 18 - Gráfico do IPVS - RA de Franca 2010 (em %).....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões e Indicadores considerados no cálculo do IDH	21
Quadro 2 - Valores das Balizas utilizadas nos cálculos do IDH.....	22
Quadro 3 – Fórmulas de Cálculo dos Componentes do IDH.....	22
Quadro 4 - Fórmulas de Cálculo dos Componentes do IDH-M.....	23
Quadro 5 – Classificação do IDH e IDH-M.....	24
Quadro 6 – Nomenclaturas do Município.....	32
Quadro 7 – Componentes dos Indicadores Sintéticos das Dimensões	47
Quadro 8 – Grupos do IPVS 2010.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB por Regiões Administrativas do Estado de SP, em 2014	27
Tabela 2 – População de Franca 1890-2016	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IDH – índice de Desenvolvimento Humano

IDH-E – Índice de Desenvolvimento Humano - Educação

IDH-L – Índice de Desenvolvimento Humano - Longevidade

IDH-R – Índice de Desenvolvimento Humano - Renda

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano – Município

PIB – Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	19
1.1 O desenvolvimento e sua mensuração através do IDH (índice de desenvolvimento humano)	21
1.2 O IDH-M (índice de desenvolvimento humano municipal)	23
2. REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: CONCEITO, HISTÓRIA E COMPOSIÇÃO	25
2.1 Conceito de Região Administrativa	25
2.2 Nascimento, Composição e Classificação Econômica	26
3. FORMAÇÃO HISTÓRICA DE FRANCA (SP) E A COMPOSIÇÃO GEOGRÁFICA DE SUA REGIÃO ADMINISTRATIVA	29
3.1 A história de Franca (SP) e suas transformações	29
3.1.1 Franca: a expansão urbana e populacional	32
3.1.2 A aclamação pela modernização francana	35
3.2 A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA (SP): FORMAÇÃO, GEOGRAFIA E COMPOSIÇÃO	41
3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA	42
3.4 Aspectos Sociais da Região Administrativa de Franca	46
CONSIDERAÇÕES	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
ANEXO 1 - COMPOSIÇÃO DAS 16 REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	53

INTRODUÇÃO

Conceitos como desenvolvimento e crescimento econômico são tema de debates acirrados em mesas de discussão econômica. Seria possível um crescimento sustentado? Seria possível o crescimento com desenvolvimento? O que define um e outro?

Neste trabalho, desenvolve-se os conceitos pertinentes a cada tema aplicando-se essa discussão a outra árida área da economia e geografia, a alteração dos desenhos geográficos, colocando as regiões administrativas como evidência para políticas públicas.

A ótica de estudo sobre a constituição e aplicabilidade das Regiões Administrativas é condição essencial para compreensão do ambiente econômico e para a aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, máxima que traz a tona a necessidade da realização de pesquisas científicas voltadas para essa temática.

Dessa maneira, esse estudo visa avaliar o seguinte problema de pesquisa: Quais são os aspectos econômicos e sociais da Região Administrativa de Franca? Além disso, delimitou-se como objetivo geral a análise de constituição dessa região e, dentre os objetivos específicos, estão: abordagem de conceituação sobre Região Administrativa; referencial teórico geral e; aspectos históricos sobre o município central da região.

Para os aspectos metodológicos, coletou-se dados secundários para analisar o desempenho econômico e social da RA de Franca (SP), entre os anos de 2010 e 2014, dando-se em conclusão, uma análise pautada pelo olhar teórico-metodológico. Baseado nessas premissas, esse trabalho está disposto nas seguintes seções.

No primeiro capítulo serão abordados os conceitos de desenvolvimento econômico e crescimento econômico. Além disso, apresentar-se-á as métricas para mensuração desses indicadores em nível nacional, regional e municipal.

O segundo capítulo destaca o conceito de Região Administrativa, demonstra as regiões que conformam o estado de São Paulo e faz uma breve classificação dessas regiões segundo critérios do PIB de cada unidade geográfica.

No terceiro capítulo aborda-se a formação histórica do município de Franca (SP), a formação de sua Região Administrativa e sua atual composição em aspectos qualitativos e geográficos. Ainda apresenta os resultados econômicos e sociais da região pesquisada para o período dado de recorte a essa pesquisa, ou seja, do ano de 2010 a 2014.

Enfim, conclui-se a pesquisa apresentando as considerações finais entre o referencial teórico e os dados coletados, formulando-se a consonância entre os aspectos gerais desse trabalho.

1. OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Neste capítulo serão abordados os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, colocando em pauta os autores de relevância sobre o tema e suas definições sobre o conceito destes dois aspectos econômicos/sociais. Desta forma, várias definições englobam o conceito de desenvolvimento e crescimento, abrangendo desde aspectos que são sinônimos até antônimos.

Segundo Bresser-Pereira (2008),

o desenvolvimento econômico de um país ou estado-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, de salário, e do padrão médio de vida da população.

[...] desde o fato de que o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais, existe uma longa tradição que rejeita a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico; eu, entretanto, entenderei as duas expressões como sinônimas. (Bresser-Pereira, 2008, p. 2).

Para Bresser-Pereira, o desenvolvimento econômico continua sendo alavancado pelo aumento da renda per capita. Vale ressaltar, que este mecanismo de desenvolvimento, porém, apresenta algumas substancias que de fundamentais avaliação.

Quando há aumento da renda per capita, mas a economia não se transforma porque não aumenta a produtividade de toda ela, mas apenas de um enclave, geralmente de baixo valor adicionado per capita, não ocorre nem desenvolvimento nem crescimento econômico. (BRESSER, 2008, p. 3).

Assim sendo, para Bresser-Pereira, Desenvolvimento e Crescimento Econômico são sinônimos, contudo, o próprio autor faz afirmações e reconhece a visão que se contrapõe a suas perspectivas. Conforme ele mesmo comenta,

para muitos economistas não-ortodoxos a identificação do desenvolvimento econômico com crescimento seria ideológico: ela ocultaria o fato de o desenvolvimento econômico implicar melhor distribuição de renda enquanto que crescimento, não. (BRESSER, 2008, p. 4).

Todo este pensamento seria pautado pela ideia que, “desenvolver-se significa ‘expandir ou realizar os potenciais; trazer gradualmente a um estado mais

completo, maior ou melhor'. Quando algo cresce fica maior. Quando algo se desenvolve torna-se diferente." (DALY, 2004, p. 198).

Nomes importantes da área econômica são adeptos do pensamento disposto acima, sendo alguns deles como:

Amartya Sen cujo nome está ligado á formulação do Índice de Desenvolvimento Humano, é talvez o mais radical nessa matéria: para ele, desenvolvimento econômico implicar expansão de capacidade humanas ou aumento de liberdade (BRESSER, 2008, p. 4).

Nesta mesma linha de pensamento, Celso Furtado, afirma que o

crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente. (BRESSER, 2008, p. 4).

Desta forma, o desenvolvimento econômico seria responsável pela melhor distribuição de renda e alteração nas estruturas produtivas (com vistas a fornecer um melhor salário real aos trabalhadores), enquanto o crescimento econômico seria responsável pelo crescimento da riqueza do país.

Dá-se inclusive, ao termo do crescimento econômico, a definição de crescimento econômico sustentado, termo discutido por autores, que afirmam que:

[...] em suas dimensões físicas, a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, o qual é finito, não crescente e materialmente fechado. A medida que o subsistema econômico cresce, ele incorpora uma proporção cada vez maior do ecossistema total e deve alcançar um limite de 100%, se não antes. Por isso, seu crescimento não é sustentado. (DALY, 2004, p. 197).

Partindo de premissas keynesianas, Harrod-Domar abordam os conceitos cíclicos que permeiam a economia. Conforme aponta Oreiro (2003):

O resultado fundamental do modelo de Harrod-Domar é que a obtenção de uma trajetória de crescimento estável com pleno-emprego da força de trabalho é possível, mas altamente improvável. Dessa forma, as economias capitalistas deverão, via de regra, apresentar um crescimento irregular – alternando períodos de crescimento acelerado com períodos de queda acentuada do nível de atividade econômica – e desemprego elevado. (OREIRO, 2003, p. 1).

Contudo, conforme comenta Oreiro (2003) o principal conceito que se extrai da teoria do crescimento proposto por Harrod-Domar é sobre a variação do investimento no tempo t_1 deve ser maior que o investimento no tempo t_0 . Esse seria

em sua o conceito que levaria também o PIB em suas concepções, ou seja, o crescimento deve ser contínuo, contudo, seus efeitos são cíclicos em grande parte do tempo, sendo utópico um crescimento contínuo e perene.

Em suma, crescimento econômico envolve muito mais um caráter quantitativo e conjuntural, enquanto o desenvolvimento econômico perpassa por transformações estruturais de longo prazo que resulta na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano, conforme descrito na sequência. No crescimento econômico observa-se a variação do PIB em relação a um período distinto, podendo ser trimestral, semestral ou anual.

1.1 O DESENVOLVIMENTO E SUA MENSURAÇÃO ATRAVÉS DO IDH (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO).

Como métrica do processo de desenvolvimento, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), é uma ferramenta que permite mensurar a evolução de um país, região ou município através de indicadores elaborados com dados de agências internacionais e/ou institutos de pesquisa.

Desta forma,

o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da 'felicidade' das pessoas, nem indica 'o melhor lugar do mundo para se viver'. (SHISHITO, 2010, p. 668).

Conforme pode-se observar no Quadro 01, a síntese dos indicadores se dá na seguinte forma:

Quadro 1 – Dimensões e Indicadores considerados no cálculo do IDH

Dimensões	Indicadores
Educação	Taxa de Alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade; Taxa de Escolarização bruta combinada dos diversos níveis educacionais.
Longevidade	Esperança de vida ao nascer (anos)
Renda	PIB per capita (dólares PPP)

Fonte: PNUD

Para se calcular o IDH, utiliza-se

dados produzidos por agências internacionais ou por instituições especializadas, e sempre que números recentes tornam-se disponíveis, os

indicadores usados na elaboração do IDH (relacionados a dimensões, longevidade, educação e renda) são revistos e atualizados. (MATOS, 2007, p. 2).

Atribuído os valores aos dados dimensionados na pesquisa, o processo de cálculo envolve determinações referentes ao peso de medidas e, até mesmo, ponderação dos dados, conforme descritos no quadro 2.

Quadro 2 - Valores das Balizas utilizadas nos cálculos do IDH

Indicador	Valor Máximo	Valor Mínimo
Esperança de Vida ao Nascer (anos)	85	25
Taxa de Alfabetização dos Adultos (%)	100	0
Taxa Combinada de Escolarização Bruta (%)	100	0
PIB per capita (dólares PPP)	40.000	100

Fonte: PNUD

Portanto, conforme aponta Matos (2007):

[...] o processo de normalização cria um subíndice para cada dimensão segundo a seguinte fórmula geral. Índice = (valor observado – valor mínimo) / (valor máximo – valor mínimo). A primeira parte da expressão ou a diferença entre o valor observado e o valor mínimo mostra o avanço realizado pelo país. A segunda parte ou a diferença entre o valor máximo e o valor mínimo representa a extensão total da trajetória a ser percorrida por esta sociedade. (MATOS, 2007, p. 4).

Dentro deste processo, reduz-se “os valores observados para cada um dos determinantes do IDH em um número puro situado no intervalo entre zero e 1” (MATOS, 2007, p. 4). Sendo assim, no quadro 03 tem-se um resumo das fórmulas referentes aos cálculos.

Quadro 3 – Fórmulas de Cálculo dos Componentes do IDH

Variável	Fórmula
Índice de Alfabetização de Adultos	$\text{Índice} = (\text{Tx.Alf} - 0) / (100 - 0)$
Índice de Escolarização Bruta combinada	$\text{Índice} = (\text{TxCEB} - 0) / (100 - 0)$
IDH-E	$\text{IDH-E} = 2/3 (\text{Índice Alfabetização de Adultos}) + 1/3 (\text{Índice de Escolarização Bruta})$
IDH-L	$\text{IDH-L} = (\text{Esp Vida} - \text{PminL}) / (\text{PMaxL} - \text{PminL})$
IDH-R	$\text{IDH-R} = \log(100) / \log(40.000) - \log(100)$
IDH	$\text{IDH} = 1/3 (\text{IDH-E}) + 1/3 (\text{IDH-L}) + 1/3 (\text{IDH-R})$

Fonte: PNUD

Desta maneira, o processo de cálculo engloba as variáveis que são síntese para verificação do processo de desenvolvimento de certo país, contudo, para a determinação do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), há alterações no processo de formulação matemática, conforme descrito a seguir.

1.2 O IDH-M (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL)

Em relação ao IDH-M, seu procedimento considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais, seguindo

os mesmos passos detalhados para o IDH, entretanto, para que certas especificidades de municípios e estados pudessem ser captadas com maior clareza, algumas modificações foram introduzidas. Assim no lugar do PIB per capita presente no IDH, utiliza-se a renda familiar per capita que revela a renda média dos indivíduos residentes naquele município. (MATOS, 2007, p. 6).

Portanto, as fórmulas referentes aos cálculos se compõem da seguinte maneira:

Quadro 4 - Fórmulas de Cálculo dos Componentes do IDH-M

Variável	Fórmula
Índice de Alfabetização de Adultos	$\text{Índice} = (\text{Tx Alf} - 0) / (100 - 0)$
Índice de Escolarização Bruta Combinada	$\text{Índice} = (\text{Tx BFE} - 0) / (100 - 0)$
IDHM-E	$\text{IDHM-E} = 2/3 (\text{Índice de Alfabetização de Adultos}) + 1/3 (\text{Índice de Escolarização Bruta})$
IDHM-L	$\text{IDHM-L} = (\text{Esp Vida} - \text{PminL}) / (\text{PMaxL} - \text{PminL})$
IDHM-R	$\text{IDHM-R} = (\log \text{RmedM} - \log \text{VRefMin}) / (\log \text{VRefMax} - \log \text{VRefMin})$
IDH-M	$\text{IDH-M} = 1/3 (\text{IDHM-E}) + 1/3 (\text{IDHM-L}) + 1/3 (\text{IDHM-R})$

Fonte: PNUD

Determinado os valores referentes às variáveis, os resultados apresentados identificariam os níveis, determinados como baixo, médio ou alto.

No Quadro 05, pode-se obter a divisão dos valores para enquadramento do IDH-M. Sendo que quanto mais próximo de zero, BAIXO, menor o

desenvolvimento, e quando mais próximo de 1, ALTO, maior o processo de desenvolvimento daquele município ou estado.

Quadro 5 – Classificação do IDH e IDH-M

Tipologia do IDH e IDH-M	Intervalo dos Valores
BAIXO	IDH/IDH-M entre 0 e 0,499
MÉDIO	IDH/IDH-M entre 0,5 e 0,799
ALTO	IDH/IDH-M igual ou superior a 0,800

Fonte: PNUD

Desta forma, pode-se perceber a metodologia utilizada para elaboração e realização do IDH e IDHM, havendo uma diferenciação entre ambos conforme descrito no quadro 4.

No próximo capítulo busca-se identificar os determinantes do desenvolvimento que podem corroborar com o processo de evolução de uma país, região e/ou município.

2. REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: CONCEITO, HISTÓRIA E COMPOSIÇÃO

A administração pública perpassa da esfera Federal para a esfera Estadual e Municipal. No entanto, para agilizar o processo de organização administrativo, torna-se necessário aglutinar os municípios em Regiões Administrativas, sendo estas o objeto de estudo deste capítulo.

2.1 CONCEITO DE REGIÃO ADMINISTRATIVA

As regiões administrativas têm como efeito gerar uma agregação de caráter territorial visando à organização de atividades socioeconômicas que convirjam a um melhor desempenho em sua política de implantação. Portanto, conforme aponta a Fundação SEADE (2015) as regiões administrativas se definem por,

[...] agregações de caráter supramunicipal, com vistas à organização de atividades de planejamento, de prestação de serviços públicos e/ou gestão de políticas e programas públicos, de responsabilidade compartilhada, quer entre o Estado e municípios, quer entre municípios". (FUNDAÇÃO SEADE, 2015, p. 1).

Toda essa dinâmica de caracterização dos espaços geográficos com funções supramunicipais facilitam a efetividade de políticas públicas, inclusive, no que tange a políticas impetradas pela instância federal do governo. Cita-se como exemplo da política que adere a caracterização regional, o Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo aponta a Fundação SEADE (2015), *"[...] em especial no caso da saúde, em que a montagem do SUS inclui em seus fundamentos a criação de instância regionais de planejamento, execução e financiamento de equipamentos e serviços"*.

Dessa maneira, as regiões administrativas desempenham papel importante para uma melhor focalização de políticas públicas e desenvolvimento integrado entre os municípios/regiões onde se instala essa política geográfica de integração. Na próxima subseção, à vista disso, será apresentada os primórdios da regionalização do estado de São Paulo, assim como a composição atual de suas regiões administrativas.

2.2 NASCIMENTO, COMPOSIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

O primeiro decreto que instaura normas para regionalização das atividades de administração estadual e, dessa maneira, começa a geografia do estado de São Paulo com vistas ao processo administrativo do estado, é o Decreto N°. 48.162, de 3 de julho de 1967.

Sancionado pelo então governador do estado, Roberto Costa de Abreu Sodré, esse decreto cria um modelo de unidades territoriais polarizadas, composta por 10 regiões e 48 sub-regiões administrativas.

Entre elas, está a Região Administrativa de Franca (SP), objeto dessa pesquisa, que compõe a Sub-Região 6.2 que dispunha, também, dos seguintes municípios: Cristais Paulista; Guará; Itirapuã; Jeriquara; Patrocínio Paulista; Pedregulho; Restinga; Ribeirão Corrente; Rifaina e; São José da Bela Vista.

Ao longo da história, entre decretos e leis complementares, foram criadas, ao menos, 41 normas redesenhando os aspectos geográficos-administrativos do estado de São Paulo.

Figura 1 – Divisão das Regiões Administrativas de São Paulo



Fonte: Fundação SEADE

Atualmente o Estado de São Paulo conta com 16 Regiões Administrativas (RA), que abriga os 645 municípios do Estado, ainda que de forma não equalitária. Na Figura 1, é apresentada a carta geográfica de divisão dessas regiões.

Dessa maneira, com o intuito de uma melhor verificação da composição dessas regiões, dispõe-se anexado ao final deste trabalho a composição de cada RA, conforme disponibilizado pela Fundação SEADE.

Observa-se que algumas RAs possuem uma quantidade elevada de municípios, enquanto outras são formadas por um número bem menor. Isto pode levar as RAs com maior número de municípios a passar por um processo de desdobramento no futuro, se for do interesse do Estado.

No que tange aos aspectos econômicos das 16 regiões administrativas, a Região Metropolitana de São Paulo é a que possui maior PIB, o que equivale a 55,05%, para o ano de 2014. A Região Administrativa de Franca, objeto dessa pesquisa, é a 13ª colocada no *ranking* em relação ao PIB auferido em relação as regiões administrativas pesquisadas, com uma participação de 1,05%.

Tabela 1 – PIB por Regiões Administrativas do Estado de SP, em 2014

Localidades	PIB (Em mil reais correntes)	Participação
Região Metropolitana de São Paulo	1.022.866.523,43	55,05%
Região Administrativa de Campinas	318.893.485,23	17,16%
Região Administrativa de São José dos Campos	97.122.765,14	5,23%
Região Administrativa de Sorocaba	89.675.064,07	4,83%
Região Administrativa de Santos	52.540.505,14	2,83%
Região Administrativa de Ribeirão Preto	46.850.508,25	2,52%
Região Administrativa de São José do Rio Preto	42.827.852,09	2,30%
Região Administrativa de Bauru	34.354.253,38	1,85%
Região Administrativa Central	31.863.787,36	1,71%
Região Administrativa de Marília	26.290.483,84	1,41%
Região Administrativa de Presidente Prudente	21.121.998,87	1,14%
Região Administrativa de Araçatuba	20.150.960,49	1,08%
Região Administrativa de Franca	19.503.470,74	1,05%
Região Administrativa de Barretos	12.770.661,70	0,69%
Região Administrativa de Itapeva	10.688.923,72	0,58%
Região Administrativa de Registro	10.674.812,07	0,57%

Fonte: SEADE

Embora a participação da RA de Franca possa parecer pequena, há de se observar que a mesma é composta por 23 municípios, quantidade inferior de municípios quando comparado às outras RAs que estão a sua frente.

No próximo capítulo serão observados os principais aspectos da Região Administrativa de Franca.

3. FORMAÇÃO HISTÓRICA DE FRANCA (SP) E A COMPOSIÇÃO GEOGRÁFICA DE SUA REGIÃO ADMINISTRATIVA

Neste capítulo realizar-se-á aspectos de formação histórica do município de Franca (SP), fator que pode ser condicionante para inúmeras influências no presente da cidade e, conseqüentemente, para a formação da região administrada de Franca. Dessa forma, aborda-se desde o nascimento da cidade até suas transformações implicadas dentro de um cenário cultural desdobrado ao longo do século XX.

3.1 A HISTÓRIA DE FRANCA (SP) E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Distante 400 Km da capital, São Paulo, o município de Franca (SP), é um centro urbano não-metropolitano. Em uma análise do nível de centralidade, que mede a capacidade de liderança do município em um grau que vai de 1 a 8 (quanto maior a escala menor o nível de centralidade), “[...] possui um nível de centralidade 7. Ribeirão Preto, centro regional próximo a Franca, que constitui aglomeração urbana, se enquadra na categoria 4, com nível muito forte de centralidade” (CHIQUITO, 2006, p.38).

O que levou o município de Franca até os dias atuais é a sua história, que começa a ser contada através de seu mais antigo nome. O Arraial do Capim Mimoso (nome de Franca no século XVIII) teve importante relevância para os viajantes e tropeiros, como pouso para longas viagens. “A necessidade de dar apoio aos viajantes, provocou na região de Franca, o início do povoamento ainda no século XVIII, por meio dos chamados pousos de passagem.” (FOLLIS, 1998, p. 15).

Já no início do século XIX, com a decadência da extração do ouro em Minas Gerais, os *entrantes mineiros*, como eram denominados os mineiros provenientes do sul de Minas, tomam a decisão de se estabelecer no Arraial, entretanto, com o intuito de dar legitimidade a aquisição de terras no local, era necessário um registro, que no período, tinha validade somente quando emitido pela igreja.

A presença de um mineiro, Hipólito Pinheiro, Capitão de Ordenanças desde 1804, e a vinda de um vigário, também mineiro, junto com os “entrantes mineiros” demonstra a organização política desses migrantes que vão exercer importante papel na fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo (FOLLIS, 1998, p. 21).

São nestes termos, que a freguesia começa a ser formada e Franca, tem pela primeira vez, seu nome exposto na denominação da cidade. “A presença do nome Franca foi uma homenagem ao então governador da Capitania de São Paulo, o General Antônio José de Franca e Horta” (FOLLIS, 1998, p. 22).

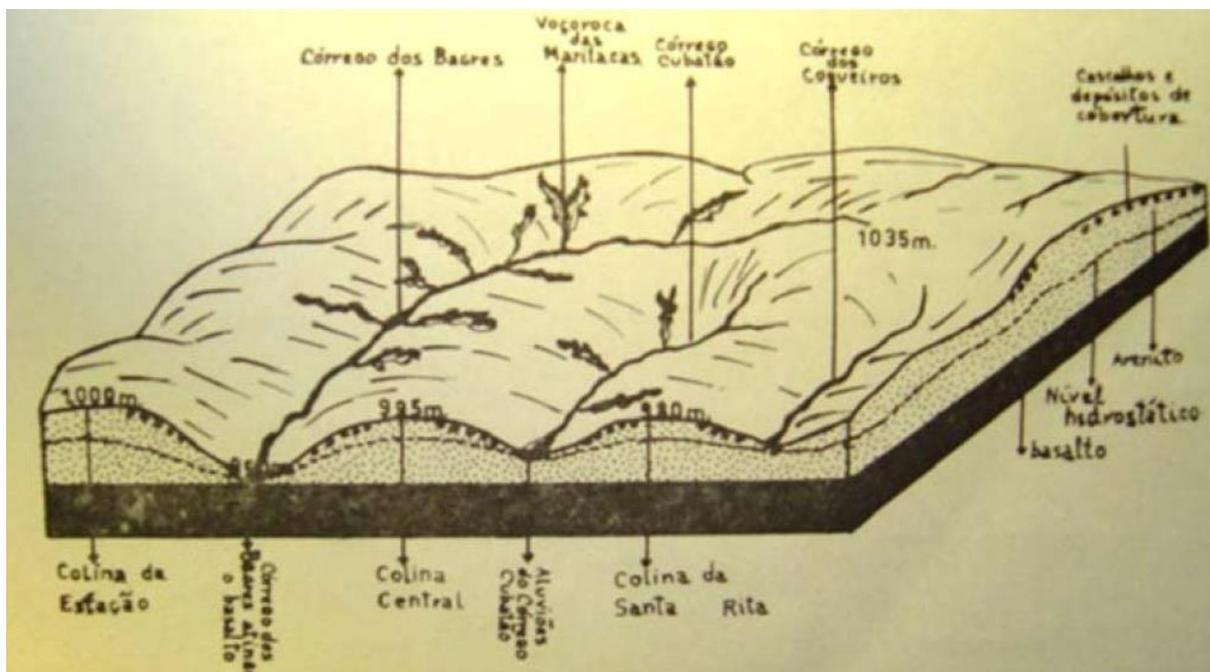
A presença e importância da igreja é tão forte na formação do município, que sua demarcação geográfica é feita na simetria de uma cruz, e conforme comenta Follis (1998), a igreja predomina nos costumes e no pensamento da freguesia, pelo menos, até 1825. Com todas as superstições religiosas latentes de seu tempo, a formação do povoado da freguesia ocorreu na colina central da cidade. “O sítio urbano de Franca é formado por três colinas, a construção do povoado se deu na colina central, mais precisamente no local correspondente ao Centro” (FOLLIS, 1998, p.23).

Figura 2 – Limites Municipais de Franca 1804-1902



Fonte: (FOLLIS, 2004, p.35 apud DI GIANNI, 1996, p.72).

Figura 3 – As três colinas de Franca



Fonte: (CHIQUITO, 2006, p.47 *apud* VIEIRA, 1978)

Diferentemente de outros municípios e freguesias, a região central do município de Franca foi habitada por fazendeiros, fato que durante as primeiras décadas do século XX, irá dificultar as atividades do poder público para uma reforma da expansão e modernização urbana. Conforme aponta Follis (2004, p. 56):

[...] nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a concentração de moradores pobres na área central motivou e facilitou as desapropriações. Em Franca o fato de o centro estar ocupado sobretudo pelos moradores mais ricos e influentes da cidade, inviabilizou uma maior atuação da municipalidade neste sentido.

Nesta perspectiva, os moradores que vão se estabelecendo na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo, são os grandes fazendeiros, que *a priori*, constroem suas residências nas colinas centrais, porém, não as habitam.

As moradias que vão sendo construídas são extremamente rústicas, de pau-a-pique, taipa ou adobo. Havia também algumas hospedarias e vendas onde se instalavam os comerciantes. O pequeno arraial de Franca era pouco povoado e, muitas casas permaneciam fechadas, pois os seus proprietários, grandes fazendeiros, vinham ao núcleo urbano somente em ocasiões especiais, como, por exemplo, missas e festas religiosas (FOLLIS, 1998, p. 24).

De Freguesia, Franca logo foi promovida a Vila. A Vila Franca D'el Rey, como foi pleiteado ao governo da província de São Paulo em 1821, nem ao menos chegou a existir com tal denominação, pois somente em 1824 a liberação de promoção a vila foi outorgada. Conforme comenta Follis (1998, p. 25).

Contudo, somente em 28 de novembro de 1824 a Vila Franca foi instalada, não mais como D'el Rey, mas como Vila Franca do Imperador, em homenagem ao Imperador D. Pedro I, uma vez que o Brasil tinha proclamado sua independência em 1822. Nos parece que está demora, três anos, ocorreu em razão das turbulências promovidas pelo processo de independência. (FOLLIS, 1998, p. 25).

Diante das transformações ocorridas nas nomenclaturas do município, apurou-se nesta pesquisa, por meio de revisão bibliográfica, os nomes dados ao município e, diante disto, resolveu-se tentar explanar um resumo em formato de tabela para melhor compreensão da cronologia histórica do município.

Quadro 6 – Nomenclaturas do Município

Ano	Denominação
1760	Arraial Bonito do Capim Mimoso
1802	Bello Sertán da Estrada dos Goyases
1805	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca
1821	Vila Franca D'el Rey
1824	Vila Franca do Imperador
1856	Vila Franca do Imperador – Cidade de Franca
1889	Franca

Fonte: (MARQUETI, 1991; FOLLIS, 1998)

Desse modo, de arraial a município, Franca inicia sua vida de urbe, com a vinda do comércio e as aspirações de expansão e modernização.

3.1.1 Franca: a expansão urbana e populacional

Com a perda parcial do poder da igreja, ainda na primeira metade do século XIX, e com o poder municipal tomando as rédeas da cidade, os fazendeiros começaram a habitar suas residências, antes abandonadas. “*Os grandes fazendeiros da região, paulatinamente, foram deixando suas residências rurais e se instalando na cidade, mais precisamente no Centro*” (FOLLIS, 1998, p. 30).

Figura 4 – Praça Nossa Senhora da Conceição em 1900



Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, 2016

Este movimento dos fazendeiros, com o objetivo de se aproximar do centro do poder, que agora deixava a igreja e se constituía na política, trouxe expansão para o município, que logo começou a receber melhorias. Uma delas, de suma importância para o desenvolvimento do município foi a chegada dos trilhos da Mogiana. “A chegada dos trilhos da Mogiana a Ribeirão Preto em 1883, e em 1887 à Franca, abriu novas perspectivas para sua economia” (CHIQUITO, 2006, p. 47).

Figura 5 – A Estação da Mogiana em 1925



Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, 2016

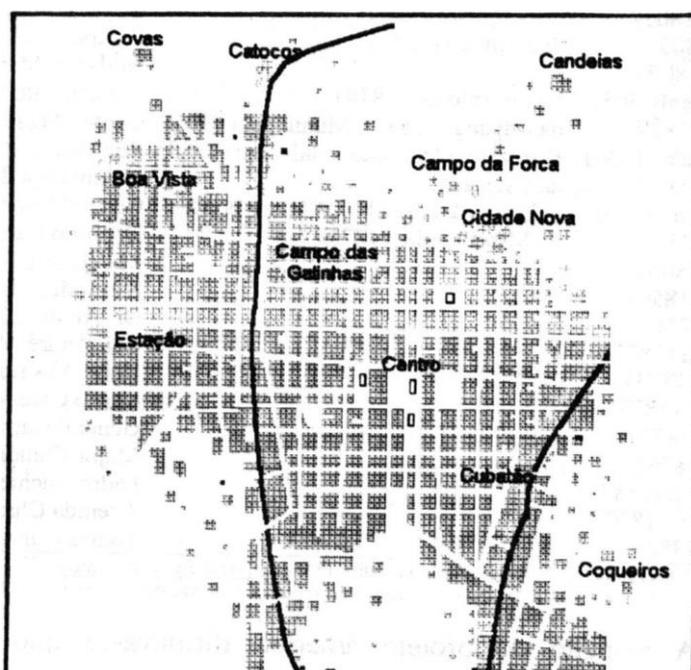
Se por um lado, os fazendeiros se estabeleciam em seus Casarões na Colina Central, o aumento populacional de Franca, também teve como fator a imigração, vinda como mão-de-obra para a colheita do café, que se estabeleceu a *priori*, no bairro da “Estação”.

Este incremento da produção econômica associado ao grande aumento da população francana, tanto pela vinda dos fazendeiros e suas famílias para a cidade, quanto pela imigração de mão-de-obra – negros libertos e imigrantes vindo para trabalhar nas lavouras de café – promoveu um intenso desenvolvimento da cidade (CHIQUITO, 2006, p. 47).

Conforme comenta Follis (1998), com a chegada de imigrantes, como espanhóis, italianos e árabes, o aumento populacional de Franca, tem um aumento considerável. Estes imigrantes se instalam, mormente, no bairro da “Estação”, visto que, o centro já está ocupado pelos fazendeiros. Em consequência, o poder público logo toma medidas para que não haja uma aglomeração de estrangeiros naquela localidade.

[...] a localização do bairro Cidade Nova foi uma estratégia do poder local em garantir a distribuição geográfica na oferta de lotes e reação à grande concentração de migrantes no bairro da Estação – que tinha sido demarcado e loteado pela Câmara em 1890 – é a ameaça em se formar um centro urbano paralelo e de liderança estrangeira, dada a concentração de italianos ali instalados (CHIQUITO, 2008, p.48 apud DI GIANNI, 1987).

Figura 6 – Bairros da Cidade no Final do Século XIX



Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, 2016

Em oposição a uma concentração de estrangeiros em um único bairro, fomentado pelo medo da criação de um bairro de imigrantes, o poder público age no com vistas a distribuir esse contingente populacional de imigrantes pelo município, fundando o bairro Cidade Nova. A planta geográfica da cidade começa a sofrer alterações premeditadas pelo poder público municipal.

Com isso, a população de Franca tem um crescimento considerável nas primeiras décadas, fim do século XIX e começo do XX, e segue certa irregularidade, quando dos decréscimos, devido ao desmembramento de algumas cidades que antes estavam interligadas a Franca, e quanto aos acréscimos, devido a industrialização.

Tabela 2 – População de Franca 1890-2016

Ano	Número de Habitantes	Varição em relação ao período anterior em (%)
1890	10.040	
1900	18.637	85,63%
1910	29.000	55,60%
1920	35.214	21,43%
1930	23.750	-32,56%
1940	55.760	134,78%
1950	53.485	-4,08%
1960	68.027	27,19%
1970	95.018	39,68%
1980	148.505	56,29%
1990	232.527	56,58%
2000	287.162	23,50%
2010	318.369	10,87%
2016	333.405	4,72%*

Fonte: FOLLIS, 1998, p. 40 – (Prefeitura Municipal de Franca).

Fundação SEADE

* Período de 6 anos

Diante do crescimento e expansão da urbe francana, alguns melhoramentos são logo exigidos, como a distribuição de água e energia elétrica, assim como, o embelezamento, tão almejado pela elite dos munícipes para o centro da cidade.

3.1.2 A aclamação pela modernização francana

Com o aumento da população e o desenvolvimento que logo se instalada, os moradores de Franca, logo começam a exigir do poder público, providências para que a cidade tenha condições mínimas de sobrevivência e crescimento. Sem recursos, a prefeitura não tinha condições de atender a demanda da população, principalmente a pressão dos fazendeiros que habitavam o centro da cidade.

Privados de auxílio financeiro por parte do governo estadual e federal – pelo menos até a década de 1930, quando se verifica uma maior participação desse no financiamento de melhoramento, como o abastecimento de água encanada e a rede de esgotos -, o administradores municipais recorreram também à colaboração dos membros da classe dominante local, tanto no que diz respeito a tomada de empréstimos com no que se refere a participação da iniciativa privada em obras consideradas de vital importância para a construção da sua cidade moderna (FOLLIS, 2012, p. 43).

É então, com a ajuda da classe dominante francana que, a partir de 1889, os melhoramentos em relação ao abastecimento de água começam a ser interpostos, sendo construído o primeiro reservatório de água do município. “O reservatório desse abastecimento foi construído no terreno onde atualmente se encontra o prédio da prefeitura”. (FOLLIS, 2004, p. 116).

Com a atuação do Major Nicácio em detrimento ao abastecimento, exclusivo da região central, a Empresa Nicácio inicia seus trabalhos.

Em 1897, foi inaugurado o reservatório de água da Empresa Nicácio no quarteirão compreendido entre as ruas Santos Pereira e Francisco Barbosa (atual campo de futebol do Palmeiras de Franca). Até 1899, haviam sido entregues oito chafarizes à servidão pública (FOLLIS, 2004, p. 117-118).

A distribuição mais fluída da água acontecerá em 1909, conforme salienta Follis (2012, p. 76):

No início de 1909, a municipalidade contratou, também em concorrência pública, o engenheiro civil Joaquim M. de Amorim Carrão, ex-vereador e ex-intendente municipal, para ampliar o abastecimento de água. Carrão conseguiu aumentar as instalações particulares no Centro e na Cidade Nova e levar água até o bairro da Estação por meio da captação denominada Garcia e reforma da canalização Taveira. A cidade passou então a ser abastecida por três fontes d'água: Nicácio, Taveira e Garcia.

Este mecanismo de distribuição permaneceu até 1938, quando estas fontes foram consideradas poluídas.

Parcialmente resolvido os problemas envolvendo a distribuição de água, outra solicitação emergencial, fora a iluminação elétrica que era substancial para a evolução do comércio no centro da cidade. A população francana não poderia mais viver sob a égide de uma iluminação pública movida por lampiões.

Assim, até 1904 a iluminação pública continuou a ser efetuada pelos lampiões belgas a querosene. No dia 9 de abril deste ano, a Companhia Paulista de Eletricidade, empresa sediada em Limeira que venceu a concorrência pública para o fornecimento de energia e iluminação pública em Franca, inaugurou os seus serviços. Essa empresa forneceu à Prefeitura trezentas lâmpadas para os prédios públicos e principais ruas centrais da cidade e seis “arcos luminosos” para os largos do centro (FOLLIS, 2012, p. 79).

Figura 7 – Companhia de Energia Elétrica



Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, 2016

Como já descrito, parte do progresso do município ficou a mercê da elite francana, com a Companhia de Energia Elétrica não foi diferente. Conforme comenta Follis (2012, p. 80-81), o poder público municipal, adquiriu a companhia elétrica em 1910, abrindo edital que logo foi preenchido pela única concorrente disponível: Companhia Francana de Eletricidade.

Contudo, a instalação da eletricidade no centro do município favoreceu o comércio. A cidade de Franca transmitia um ar de modernidade e atraía a clientela.

São as vitrines que aparecem iluminadíssimas, embaralhando a vista, com seus mostruários feitos com cuidado e afeição. São os “luminosos” que surgem, pisca-piscando, colorindo alegremente as ruas, alegrando o aspecto

da “urbs”. Faz bem aos olhos da gente e causa bôa impressão aos visitantes. São inúmeras as casas de commercio que assim procedem, visando com isso tornarem-se conhecidas, contribuindo indirectamente para o melhor aspecto da cidade. (Jornal Comércio da Franca, 29 set. 1935, p. 4).

Apesar disso, a falta de energia e constantes oscilações, geram reclamações por parte da sociedade francana, através dos jornais. No final dos anos 1940, essa situação inspirou a popularização do seguinte verso: “*Franca do Imperador. Terra que encanta e seduz. De dia não tem água, de noite não tem luz*” (FOLLIS, 2012, p. 82-83).

Dos recursos básicos, logo surgem manifestações para a instalação da cultura e dos preceitos de luxo trazidos da Europa. Em um período donde os ares europeus circulavam mais aqui do que lá, a Franca do Imperador, não podia se tornar uma cidade “atrasada” no embelezamento e poderio cultural.

Com isso, em 1923, a Câmara concedeu isenção de todos os impostos municipais, subvenção de 10 contos de réis e instalação de água e rede de esgoto gratuitas para o empresário cinematográfico João Rebello Muniz terminar a construção de uma casa teatral na cidade (FOLLIS, 2012, p. 61).

Figura 8 – Teatro Santa Clara



Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, 2016

O Teatro Santa Clara se tornou local de assídua visita pela elite (o local onde se localizava o Teatro, abrigou o Cine Santa Maria e depois a casa de Shows

Montana). “*Tratava-se de novo edifício do Teatro Santa Clara concluído em 1924 com capacidade para 1.400 pessoas*” (FOLLIS, 2012, p. 61).

Logo, outro empreendimento entrou na pauta de solicitações para melhoramento da urbe. Conforme salienta Follis (2012, p. 62), a falta de um hotel capaz de receber grandes empresários e barões do café, foi motivo para pressão da imprensa local, já ressentida pelo fato de Ribeirão Preto, e até mesmo, Bebedouro, possuírem tal empreendimento. Em 1920, este era o principal assunto de circulação na cidade, episódio que levou a prefeitura a agilizar a construção, sendo esta, mais uma vez financiada pela elite. “*Dente os acionistas dessa empresa encontravam-se os vereadores José Fernando Peixe, Firmino Netto, o autor da lei, major Torquato Caleiro, e o presidente da Câmara, coronel Francisco Andrade Junqueira.*” (FOLLIS, 2012, p. 63).

Figura 9 – Hotel Francano



Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, 2016

Sendo inaugurado em 1929, o Hotel Francano por muitos anos foi a principal construção da cidade de Franca, além de ser símbolo da modernização urbanística, até ser demolido na década de 80 para construção do Banco Itaú na zona central do município.

Portanto, em contraste a pequena cidade que carecia de muita infraestrutura para se desenvolver, Franca foi se tornando um município beneficiado pelo crescimento da colheita do café, e pela posterior industrialização. Em

contraposição a figura 3 apresentada no início desta seção, apresenta-se a seguir um pouco da evolução da região central em imagens.

Figura 10 – Praça Nossa Senhora da Conceição 1925



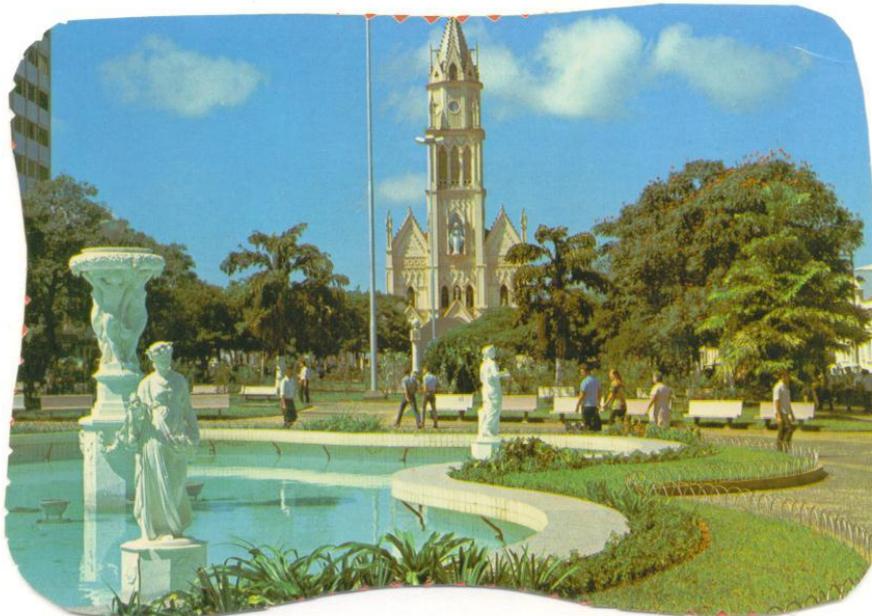
Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, 2016

Figura 11 – Praça Barão da Franca 1965



Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, 2016

Figura 12 – Praça Nossa Senhora da Conceição 1980



Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”, 2016

3.2 A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA (SP): FORMAÇÃO, GEOGRAFIA E COMPOSIÇÃO

A região administrativa de Franca foi instituída pela Lei Complementar 6.207/88 e sancionada pelo então governador do estado de São Paulo, Orestes Quéricia.

Nesta já constavam os 23 municípios que ainda hoje integram a RA de Franca, sendo eles: Aramina; Batatais; Buritizal; Cristais Paulista; Franca; Guará; Igarapava; Ipuã; Itirapuã; Ituverava; Jeriquara; Miguelópolis; Morro Agudo; Nuporanga; Orlândia; Patrocínio Paulista; Pedregulho; Restinga; Ribeirão Corrente; Rifaina; Sales Oliveira; São Joaquim da Barra; São José da Bela Vista.

Na Figura 13, a seguir, é apresentado a carta geográfica contendo os 23 municípios que compõe a região administrativa de Franca (SP).

Figura 13 – Mapa – Região Administrativa de Franca (SP)



Fonte: SEADE

3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA

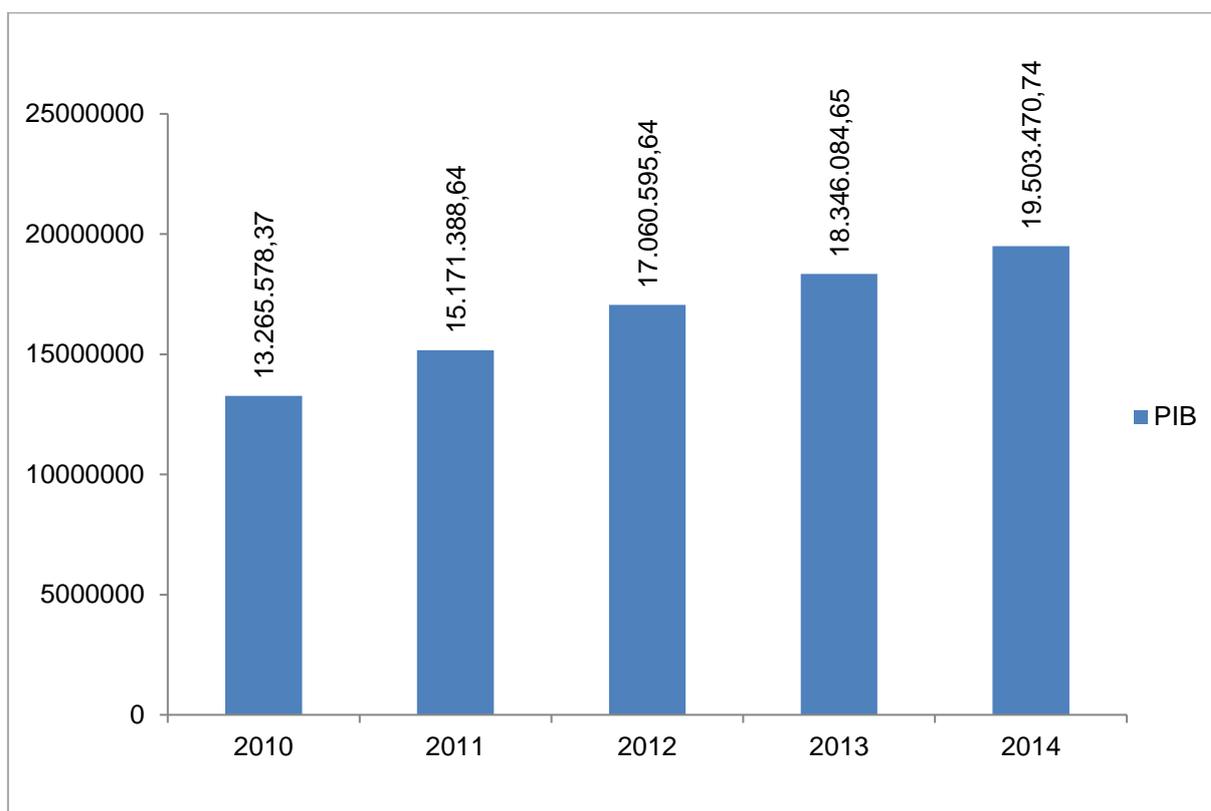
Para análise dos aspectos econômicos da região administrativa de Franca (SP) foram analisados os seguintes quesitos:

- **Produto Interno Bruto (PIB) da RA:** Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos. (SEADE).
- **PIB per capita da RA:** Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos, dividido pela população da respectiva agregação geográfica. (SEADE).
- **Participação do PIB no estado:** Percentual com que a agregação geográfica participa no PIB do Estado. (SEADE).

- **Valor Adicionado:** Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, obtido pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário. (SEADE)

No gráfico a seguir, é apresentando a evolução do PIB da Região Administrativa de Franca entre os anos de 2010 e 2014. Percebe-se um crescimento de 47% do valor entre o ano de início e ano fim, do período pesquisado.

Figura 14 - Gráfico da Evolução do PIB da RA de Franca (em reais correntes)



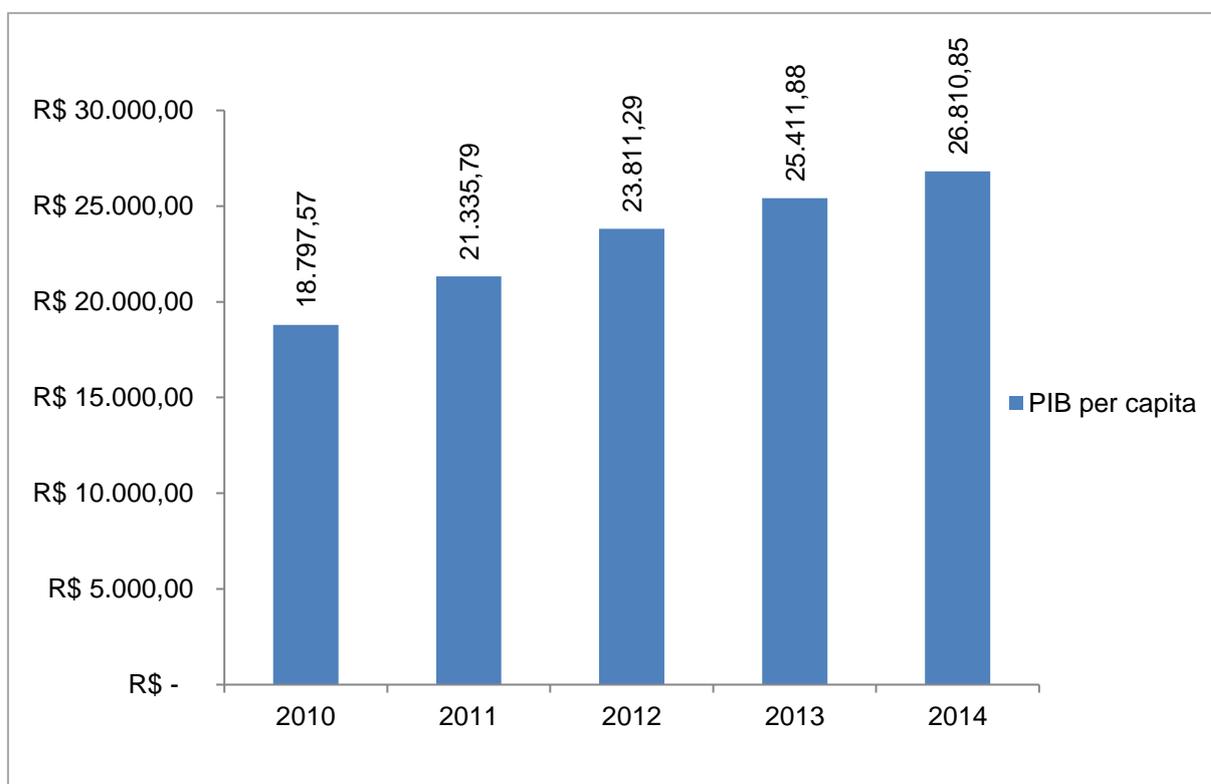
Fonte: SEADE

Elaboração: o Autor

Vale ressaltar, ainda sobre o gráfico acima, e posteriores, que o período que tangencia essa pesquisa, não compreende a recessão econômica que começa a se instalar, tecnicamente, a partir de 2014. Contudo, em análise estanque, há uma melhora significativa, no período, da evolução do PIB da RA.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB per capita da Região Administrativa observada. Em consonância ao crescimento do PIB, esse indicador também evolui significativamente.

Figura 15 - Gráfico da Evolução do PIB per Capita – (RA de Franca) – Em reais correntes



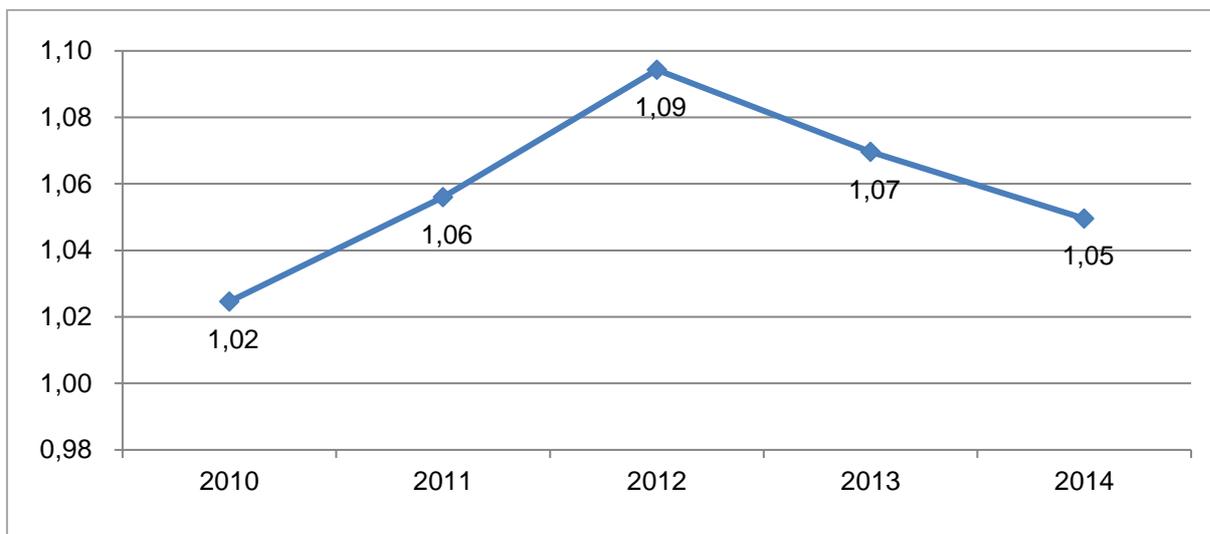
Fonte: SEADE

Elaboração: o Autor

Entre os anos de 2010 e 2014 o PIB per capita cresceu 42,63%, saindo de um valor de R\$ 18.797,57 para R\$ 26.810,85. O valor de crescimento é abaixo do valor do crescimento do PIB, sendo que uma possível variável que tenha contribuído para esta disparidade vem a ser o crescimento da população.

Contudo, conforme demonstrado no próximo, apesar do crescimento do PIB, a Região Administrativa de Franca perdeu força na participação do PIB do Estado de São Paulo. Em suma, esse fato aponta que o crescimento do PIB da RA foi menor que a desenvoltura de crescimento de outras regiões administrativas do Estado de São Paulo.

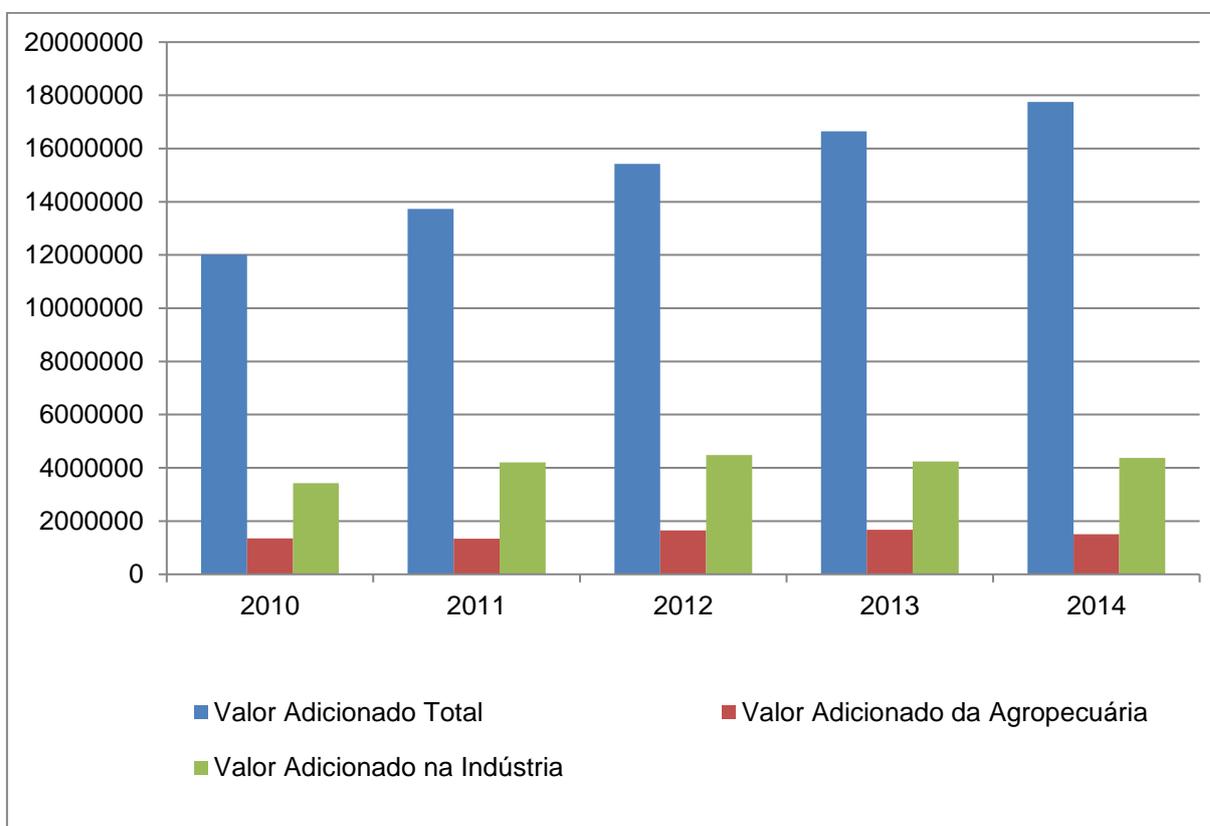
A mudança da matriz produtiva da cidade sede da RA, onde pode ser percebida o processo de encolhimento e de desindustrialização por parte do polo calçadista e de outros setores dos demais municípios contribuíram para que tal fato pudesse ser observado. Além disto, outros fatores podem ter contribuído para isto, como o reflexo das variáveis que determinam o desenvolvimento de uma localidade, conforme descrito anteriormente.

Figura 16 - Gráfico da Participação no PIB do Estado de SP (em percentual)

Fonte: SEADE

Elaboração: o Autor

Já o próximo gráfico mostra a predominância do setor da agropecuário no valor adicionado total da Região Administrativa de Franca.

Figura 17 - Gráfico do Valor Adicionado (RA de Franca)

Fonte: SEADE

Elaboração: o Autor

Percebe-se que a atividade agropecuária é justamente a causadora do crescimento do PIB, sendo sua predominância condição essencial para o crescimento da unidade geográfica pesquisa.

Na próxima subseção, serão apresentados os aspectos sociais concernentes a Região pesquisada nesse trabalho.

3.4 ASPECTOS SOCIAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA

Para análise dos aspectos sociais, tomou-se como métrica dessa análise a seguinte variável:

- **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS):** O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) permite identificar, nos municípios do Estado de São Paulo, áreas em que predominam famílias expostas a diferentes níveis de vulnerabilidade social. O IPVS baseou-se em dois pressupostos: que as múltiplas dimensões da pobreza devem ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social; e que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social que os caracterizam. Assim, buscou-se a criação de uma tipologia de situações de vulnerabilidade, agregando-se, aos indicadores de renda, outros referentes à escolaridade e ao ciclo de vida familiar. (SEADE)

Esse índice permite identificar aspectos sociais com maior precisão, identificando dimensões socioeconômicas por setores censitários. Conforme aponta a Fundação SEADE (2010), o IPVS

[...] baseia-se em uma tipologia derivada da combinação de indicadores sintéticos das dimensões socioeconômica e demográfica, permitindo classificar os setores censitários em sete categorias, segundo o grau de vulnerabilidade social da população neles residente. (FUNDAÇÃO SEADE, 2010,)

O quadro 7 apresenta os indicadores sintéticos das dimensões:

Quadro 7 – Componentes dos Indicadores Sintéticos das Dimensões

Dimensão	Componentes
Socioeconômica	Renda domiciliar <i>per capita</i> Rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio % de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/2 SM % de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/4 SM % de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas
Demográfica	% de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos % de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos Idade média das pessoas responsáveis % de crianças de 0 a 5 anos de idade

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

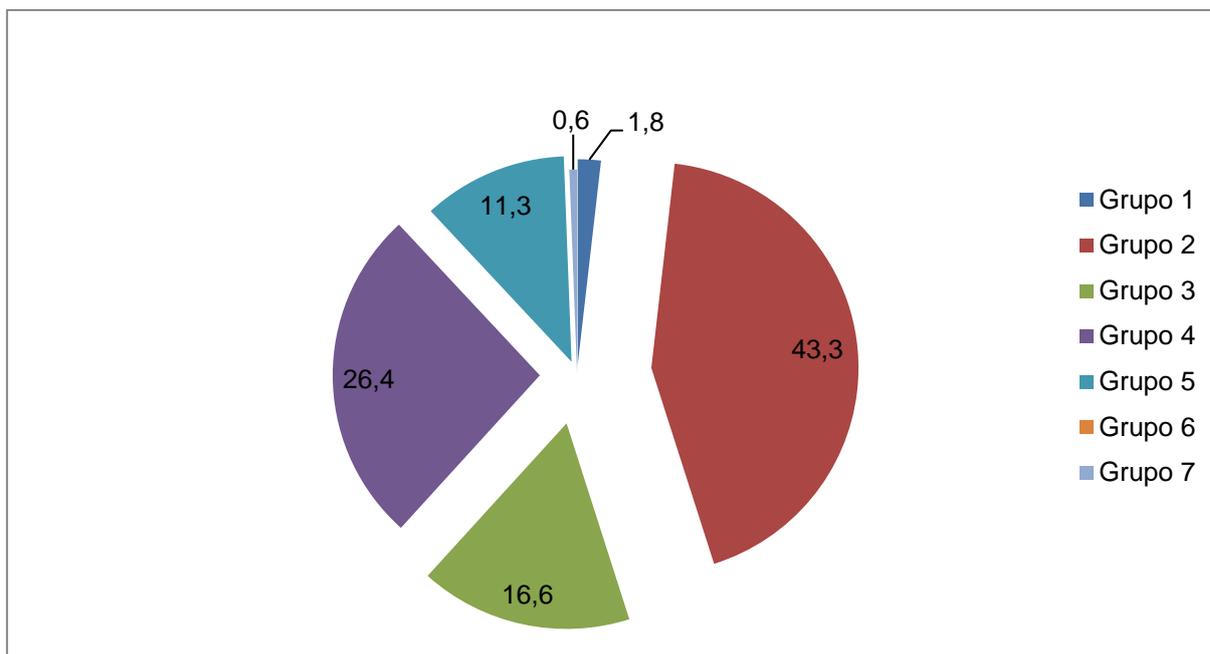
Já o quadro 8 apresenta os grupos que compõe o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social:

Quadro 8 – Grupos do IPVS 2010

Grupo	Descrição	Dimensões		Situação e tipo de setores por grupo
		Socioeconômica	Ciclo de vida familiar	
1	Baixíssima vulnerabilidade	Muito alta	Famílias jovens, adultas e idosas	Urbanos e rurais Não especiais e subnormais
2	Vulnerabilidade muito baixa	Média	Famílias adultas e idosas	Urbanos e rurais Não especiais e subnormais
3	Vulnerabilidade baixa	Média	Famílias jovens	Urbanos e rurais Não especiais e subnormais
4	Vulnerabilidade média	Baixa	Famílias adultas e idosas	Urbanos Não especiais e subnormais
5	Vulnerabilidade alta (urbanos)	Baixa	Famílias jovens	Urbanos Não especiais
6	Vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais urbanos)	Baixa	Famílias jovens	Urbanos Subnormais
7	Vulnerabilidade alta (rurais)	Baixa	Famílias idosas, adultas e jovens	Rurais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

Dessa forma, a figura abaixo apresenta o IPVS para a Região Administrativa de Franca, determinado pela Fundação Seade para o ano de 2010, segundo os grupos de dimensões sócioeconômicas.

Figura 18 - Gráfico do IPVS - RA de Franca 2010 (em %)

Fonte: SEADE

Percebe-se que 43,3% da população residente na Região Administrativa de Franca está localizada no Grupo 2, considerada de vulnerabilidade muito baixa, condição socioeconômica média, sendo composta de adultos e idosos.

Os extremos do IPVS, ou seja, o Grupo 1 e 7 contém um percentual pouco significativo, sendo que o primeiro contém 1,8% e o último 0,6%. Dessa maneira, na última seção dessa pesquisa será realizada as considerações finais.

Há ainda outros dados providenciais e de suma importância para a avaliação de uma RA. No entanto, ao delimitar o estudo desta monografia optou-se por avaliar os indicadores descritos.

CONSIDERAÇÕES

O estudo desenvolvido nessa pesquisa possibilitou uma melhor compreensão da formação geográfica da criação das Regiões Administrativas, bem como, da motivação que é pertinente na formação dessas.

Em Ciências Econômicas a espacialidade pode ser uma variável determinante do Crescimento, e por consequência, do Desenvolvimento Econômico. Em um país de dimensões continentais, este aspecto, atrelado a outros, é facilmente percebível.

Com essa visão perspectiva, pode-se compreender a virtuosa função dessa reconfiguração geográfica para implementação de políticas públicas, principalmente, para a distribuição de recursos públicos.

Já para uma análise estante da Região Administrativa de Franca (SP), outro fator determinante no estudo diz respeito aos aspectos históricos do município, que se fazem condição sine qua non para entender a situação atual, frente ao que a história moldou.

Entender sobre o passado é fundamental para se saber o que se é hoje e, sobretudo, entender o curso da história para saber onde intervir e, dada a intervenção, vislumbrar os possíveis impactos.

Além da importância compreendida diante do arcabouço teórico desenvolvido nesta pesquisa, os resultados possibilitaram uma investigação aplicada, norteando futuros trabalhos relacionados a estudos de aspectos socioeconômicos.

Dessa maneira, para os resultados que tangem ao crescimento e desenvolvimento, as variáveis analisadas para a Região Administrativa de Franca demonstraram um significativo avanço, se levarmos em consideração que dentro do período de 2010 a 2014 está se instalando uma crise econômica no país.

Se aprofundar a ótica de análise para o desenvolvimento social das cidades da RA, percebe-se um sistema favorável e de bem-estar social, pautando-se essa afirmativa pela métrica do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

A soma dessas duas óticas favoráveis, geram um estado de bem-estar social para a população dessa localidade, integrando cidades irmãs e gerando uma visão política acolhedora e profícua.

Em suma, todos os aspectos teóricos, históricos e estatísticos abordados nessa pesquisa apontam de forma geral para um cenário positivo, contudo, há que se ressaltar que existem inúmeras variáveis não abordadas na pesquisa, dado o restrito tempo de execução da mesma, além disso, o recorte temporal tem efeitos de análise muito pontuais, recomendando-se para futuras pesquisas uma abrangência maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento de Desenvolvimento Econômico**. *Revista FGV*. 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>> Acesso em 07. Jul. 2017.

CHIQUITO, Elisangela de Almeida. **Expansão urbana e meio ambiente nas cidades não metropolitanas: O caso de Franca-SP**. 2006 (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo). USP, São Carlos. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-04042007-105925/publico/Elisangela-mestrado.pdf>> Acesso em 10 ago. 2017.

DALY, Herman E. **Crescimento Sustentável? Não, obrigado**. *Ambient* v. 7, n. 2 jul.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200012> Acesso em 08. Jul. 2017.

FOLLIS, Fransérgio. **Estação: o Bairro-Centro**. 1.ed. Franca: Fundação Municipal “Mario de Andrade”, 1998.

_____. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **Política Urbana e Cidadania: um estudo sobre a cidade no interior paulista (Franca, 1890-1996)**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/113665>> Acesso em 21. ago. 2017.

FUNDAÇÃO SEADE. 2017. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> . Acesso em 21. ago. 2017.

MATOS, Vitor Alberto. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2007. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/assets/pdf/2007/ni-200704-01.pdf>> Acesso em 15 jul. 2017.

OREIRO, José Luiz. **O Modelo de Crescimento Harrod-Domar e seus desdobramentos.** 2003. Disponível em: <
<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/88ea97b5e152df42e69710b22771ab907dff66a4.pdf>> Acesso em 02 ago. 2017.

SHISHITO, Fabio Akira. **Análise do Conceito de Desenvolvimento Humano Utilizado pelo PNUD/ONU: Raízes e Desdobramentos.** 2010. Disponível em: <
http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/analise_do_conceito_de_desenvolvimento_humano_utilizado_pelo_pnud_onu_raizes_e_desdobramentos.pdf> Acesso em 09 jul. 2017.

ANEXO 1 - COMPOSIÇÃO DAS 16 REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- **Região Administrativa de Araçatuba:** Alto Alegre; Andradina; Araçatuba; Auriflama; Avanhadava; Barbosa; Bento de Abreu; Bilac; Birigui; Braúna; Brejo Alegre; Buritama; Castilho; Clementina; Coroados; Gabriel Monteiro; Gastão Vidigal; General Salgado; Glicério; Guaraçai; Guararapes; Guzolândia; Ilha Solteira; Itapura; Lavínia; Lourdes; Luiziânia; Mirandópolis; Murutinga do Sul; Novo Castilho; Nova Independência; Nova Luzitânia; Penápolis; Pereira Barreto; Piacatu; Rubiácea; Santo Antônio do Aracanguá; Santópolis de Aguapeí; São João de Iracema; Sud Mennucci; Suzanápolis; Turiúba; Valparaíso. **(43 municípios).**

- **Região Administrativa de Barretos:** Altair; Barretos; Bebedouro; Cajobi; Colina; Colômbia; Embaúba; Guaíra; Guaraci; Jaborandi; Monte Azul Paulista; Olímpia; Pirangi; Severínia; Taiaçu; Taiúva; Terra Roxa; Viradouro; Vista Alegre do Alto. **(19 municípios).**

- **Região Administrativa de Bauru:** Agudos; Arealva; Avaí; Balbinos; Bariri; Barra Bonita; Bauru; Bocaina; Boraceia; Borebi; Cabralia Paulista; Cafelândia; Dois Córregos; Duartina; Getulina; Guaiçara; Guaimbê; Guarantã; Iacanga; Igarçu do Tietê; Itaju; Itapuí; Jaú; Lençóis Paulista; Lins; Lucianópolis; Macatuba; Mineiros do Tietê; Paulistânia; Pederneiras; Pirajuí; Piratininga; Pongaí; Presidente Alves; Promissão; Reginópolis; Sabino; Ubirajara; Uru. **(39 municípios).**

- **Região Administrativa de Campinas:** Aguaí; Águas da Prata; Águas de Lindóia; Águas de São Pedro; Americana; Amparo, Analândia; Araras; Artur Nogueira; Atibaia; Bom Jesus dos Perdões; Bragança Paulista; Brotas; Cabreúva; Caconde; Campinas; Campo Limpo Paulista; Capivari; Casa Branca; Charqueada; Conchal; Cordeirópolis; Corumbataí; Cosmópolis; Divinolândia; Elias Fausto; Engenheiro Coelho; Espírito Santo do Pinhal; Estiva Gerbi; Holambra; Hortolândia; Indaiatuba; Ipeúna; Iracemópolis; Itapira; Itatiba; Itirapina; Itobi; Itupeva; Jaguariúna; Jarinu; Joanópolis; Jundiaí; Leme; Limeira; Lindóia; Louveira; Mococa; Mogi Guaçu; Moji Mirim; Mombuca; Monte Alegre do Sul; Monte Mor; Morungaba; Nazaré Paulista; Nova Odessa; Paulínia; Pedra Bela; Pedreira; Pinhalzinho; Piracaia; Piracicaba; Pirassununga; Rafard; Rio Claro; Rio das Pedras; Saltinho; Santa Bárbara d'Oeste;

Santa Cruz da Conceição; Santa Cruz das Palmeiras; Santa Gertrudes; Santa Maria da Serra; Santo Antonio de Posse; Santo Antonio do Jardim; São João da Boa Vista; São José do Rio Pardo; São Pedro; São Sebastião da Gramma; Serra Negra; Socorro, Sumaré; Tambaú; Tapiratiba; Torrinha; Tuiuti; Valinhos; Vargem; Vargem Grande do Sul; Várzea Paulista; Vinhedo. **(90 municípios).**

- **Região Administrativa Central (São Paulo):** São Carlos; Araraquara; Matão; Ibitinga; Taquaritinga; Porto Ferreira; Itápolis; Américo Brasiliense; Ibaté; Descalvado; Santa Rita do Passa Quatro; Tabatinga; Borborema; Boa Esperança do Sul; Ribeirão Bonito; Rincão; Nova Europa; Dourado; Santa Lúcia; Dobrada; Fernando Prestes; Santa Enertisna; Gavião Peixoto; Motuca; Cândido Rodrigues; Tirabiju. **(26 municípios).**

- **Região Administrativa de Franca:** Aramina; Batatais; Buritizal; Cristais Paulista; Franca; Guará; Igarapava; Ipuã; Itirapuã; Ituverava; Jeriquara; Miguelópolis; Morro Agudo; Nuporanga; Orlandia; Patrocínio Paulista; Patrocínio Paulista; Pedregulho; Restinga; Ribeirão Corrente; Rifaina; Sales Oliveira; São Joaquim da Barra; São José da Bela Vista. **(23 municípios).**

- **Região Administrativa de Itapeva:** Angatuba; Apiaí; Arandu; Buri; Bom Sucesso de Itararé; Barra do Chapéu; Barão de Antonina; Campina do Monte Alegre; Capão Bonito; Coronel Macedo; Fartura; Guapiara; Iporanga; Itaí; Itabaré; Itararê; Itaoca; Itapeva; Itapirapuã Paulista; Itaporanga; Nova Campina; Parapanema; Piraju; Ribeira; Riversul; Ribeirão Grande; Ribeirão Branco; Sarutaiá; Taquarituba; Tejupá; Taguaí; Taquarivaí. **(32 municípios).**

- **Região Administrativa de Marília:** Assis; Campos Novos Paulista; Cândido Mota; Cruzália; Florínea; Ibirarema; Lutécia; Maracá; Palmital; Paraguaçu Paulista; Pedrinhas Paulista; Platina; Taruma; Álvaro de Carvalho; Alvinlândia; Echaporã; Fernão; Gália; Garca; Júlio Mesquita; Lupércio; Marília; Ocaucu; Oriente; Oscar Bressane; Pompeia; Vera Cruz; Bernardino de Campos; Canitar; Chavantes; Espírito Santo do Turvo; Ipaussu; Óleo; Ourinhos; Ribeirão do Sul; Salto Grande; Santa Cruz do Rio Pardo; São Pedro do Turvo; Timburi; Arco-Íris; Bastos; Bora; Herculândia; Iacri; João Ramalho; Parapuã; Quatá; Queiroz; Quintana; Rinópolis; Tupã. **(51 municípios).**

- **Região Administrativa de Presidente Prudente:** Adamantina; Alfredo Marcondes; Álvares Machado; Anhumas; Caiabu; Caiuá; Dracena;

Emilianópolis; Estrela do Norte; Euclides da Cunha Paulista; Flora Rica; Iepê; Indiana; João Ramalho; Junqueirópolis; Lucélia; Marabá Paulista; Martinópolis; Mirante do Paranapanema; Monte Castelo; Nantes; Narandiba; Nova Guataporanga; Ouro Verde; Panorama; Paulicéia; Piquerobi; Pirapozinho; Presidente Bernardes; Presidente Epitácio; Presidente Prudente; Presidente Venceslau; Rancharia; Regente Feijó; Ribeirão dos Índios; Rosana; Sandovalina; Santa Mercedes; Santo Anastácio; Santo Expedito; São João do Pau-d'Alho; Tupi Paulista; Taciba; Tarabai; Teodoro Sampaio. **(53 municípios).**

- **Região Administrativa de Registro:** Barra do Turvo; Cajati; Cananéia; Eldorado; Iguape; Ilha Comprida; Itariri; Jacupiranga; Juquiá; Miracatu; Pariquera-Açu; Pedro de Toledo; Registro; Sete Barras. **(14 municípios).**

- **Região Administrativa de Ribeirão Preto:** Altinópolis; Barrinha; Brodowski; Cajuru; Cássia dos Coqueiros; Cravinhos; Dumont; Guariba; Guataparã; Jaboticabal; Jardinópolis; Luís Antônio; Mococa; Monte Alto; Morro Agudo; Pitangueiras; Pontal; Pradópolis; Ribeirão Preto; Santa Cruz da Esperança; Santa Rosa do Viterbo; Santo Antônio da Alegria; São Simão; Serra Azul; Serrana; Sertãozinho; Taquaral. **(25 municípios).**

- **Região Administrativa de Santos:** Bertioga; Cubatão; Guarujá; Itanhaém; Mongaguá; Peruíbe; Praia Grande; Santos; São Vicente. **(9 municípios).**

- **Região Administrativa de São José do Rio Preto:** Adolfo; Álvares Florence; Américo de Campos; Aparecida d'Oeste; Ariranha; Aspásia; Bady Bassitt; Bálsamo; Cardoso; Catanduva; Catiguá; Cedral; Cosmorama; Dirce Reis; Dolcinópolis; Elisiário; Estrela d'Oeste; Fernadópolis; Floreal; Guapiaçu; Ibirá; Icém; Indiaporã; Ipiruá; Irapuã; Itajobi; Jaci; Jales; José Bonifácio; Macaubal; Macedônia; Magda; Marapoama; Marinópolis; Mendonça; Meridiano; Mesópolis; Mira Estrela; Mirassol; Mirassolândia; Monções; Monte Aprazível; Neves Paulista; Nhandeara; Nipoã; Nova Aliança; Nova Canaã Paulista; Nova Granada; Novais; Novo Horizonte; Onda Verde; Orindiúva; Ouroeste; Palestina; Palmares Paulista; Palmeira d'Oeste; Paraíso; Paranapuã; Parisi; Paulo de Faria; Pedranópolis; Pindorama; Planalto; Poloni; Pontalinda; Pontes Gestal; Populina; Potirendaba; Riolândia; Rubinéia; Sales; Santa Adélia; Santa Albertina; Santa Clara d'Oeste; Santa Fé do Sul; Santana da Ponte Pensa; Santa Rita d'Oeste; Santa Salete; São Francisco; São João das Duas Pontes; São José do Rio Preto; Sebastianópolis do Sul; Tabapuã; Tanabi; Três

Fronteiras; Turmalina; Ubarana; Uchoa; União Paulista; Urânia; Urupês; Valentim Gentil; Vitória Brasil; Votuporanga; Zacarias. **(96 municípios)**.

- **Região Metropolitana de São Paulo:** Arujá; Barueri; Biritiba Mirim; Caieiras; Cajamar; Carapicuíba; Cotia; Diadema; Embu das Artes; Embu-Guaçu; Ferraz de Vasconcelos; Francisco Morato; Franco da Rocha; Guararema; Guarulhos; Itapeverica da Serra; Itapevi; Itaquaquetuba; Jandira; Jquitiba; Mairiporã; Mauá; Mogi das Cruzes; Osasco; Pirapora do Bom Jesus; Poá; Ribeirão Pires; Rio Grande da Serra; Salesópolis; Santa Isabel; Santana de Parnaíba; Santo André; São Bernardo do Campos; São Caetano do Sul; São Lourenço da Serra; São Paulo; Taboão da Serra; Vargem Grande Paulista. **(39 municípios)**.

- **Região Administrativa de São José dos Campos:** Aparecida; Arapeí; Areias; Bananal; Cachoeira Paulista; Caçapava; Campos do Jordão; Canas; Caraguatatuba; Cruzeiro; Cunha; Guaratinguetá; Igaratá; Ilhabela; Jacareí; Jambeiro; Lagoinha; Lavrinhas; Lorena; Monteiro Lobato; Natividade de Serra; Paraibuna; Pindamonhangaba; Piquete; Potim; Roseira; Queluz; Redenção da Serra; Santa Branca; Santo Antônio do Pinhal; São Bento do Sapucaí; São Luiz do Paraitinga; São José do Barreiro; São José dos Campos; São Sebastião; Silveiras; Taubaté; Tremembé; Ubatuba. **(39 municípios)**.

- **Região Administrativa de Sorocaba:** Águas de Santa Bárbara; Arandu; Avaré; Barão de Antonina; Cerqueira César; Coronel Macedo; Fartura; Iaras; Itaí; Itaporanga; Manduri; Paranapanema; Piraju; Sarutaiá; Taguaí; Taquarituba; Tejupá; Anhembi; Areiópolis; Bofete; Botucatu; Conchas; Itatinga; Laranjal Paulista; Pardinho; Pereiras; Porangaba; Angatuba; Boituva; Campina do Monte Alegre; Capela do Alto; Cerquilha; Cesário Lange; Guareí; Itapetininga; Quadra; São Miguel Arcanjo; Sarapuí; Tatuí; Apiaí; Barra do Chapéu; Bom Sucesso de Itararé; Buri; Capão Bonito; Guapiara; Iporanga; Itaberá; Itapeva; Itapirapuã Paulista; Itararé; Nova Campina; Ribeira; Ribeirão Branco; Alumínio; Araçariguama; Araçoiaba da Serra; Ibiúna; Iperó; Itú; Jumirim; Mairinque; Piedade; Pilar do Sul; Porto Feliz; Salto; Salto de Pirapora; São Roque; Sorocaba; Tapiraí; Tietê; Votorantim; Alambari; Torre de Pedra; São Manuel; Riversul; Taquarivaí; Pratânia; Ribeirão Grande. **(79 municípios)**.